



| | | |
|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| Público 22-03-2019 | Periodicidade: Diário | Temática: Política |
| | Classe: Informação Geral | Dimensão: 316 cm ² |
| | Âmbito: Nacional | Imagem: S/Cor |
| | Tiragem: 31885 | Página (s): 1/16 |

PCP está contra “policialização” dos políticos e vota contra lei

O PCP discorda da nova entidade fiscalizadora e critica “a policialização da actividade política” **p16**

PCP está contra lei da fiscalização dos políticos

Transparência
Sofia Rodrigues

**Bancada comunista
recusa criação de uma
nova entidade para a
“policialização” da
actividade política**

O PCP vai votar contra a nova lei do regime de exercício de funções dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, por contestar a criação de uma nova entidade fiscalizadora das declarações de rendimentos – uma “policialização da actividade política” – e a elaboração de códigos de conduta por parte de entidades públicas.

A intenção foi ontem transmitida aos jornalistas pelo vice-presidente da bancada comunista, António Filipe, na véspera de a proposta começar a ser votada na especialidade. O PCP discorda da criação de uma nova entidade, junto do Tribunal Constitucional (TC), fiscalizadora das declarações de rendimentos, património e interesses dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, por considerar que “tem funções dispensáveis”, já que é o próprio Ministério Público que pode actuar, se houver alguma irregularidade.

“É criar – a palavra é forte – uma policialização da actividade política”, disse o deputado no Parlamento, referindo que o próprio TC assumiu, num parecer enviado à Assembleia da República, não ter “instalações nem meios humanos e materiais” para acomodar a nova entidade.

Outro dos motivos que levam ao voto contra do PCP, na comissão e em votação final global, tem a ver com a obrigação da aprovação de códigos de conduta por parte de entidades públicas. António Filipe disse admitir esse tipo de códigos no sector privado – e lembrou até que o próprio PCP dispõe de um para os seus eleitos –, mas discorda que as entidades públicas o tenham para dizer o que “dentro da lei os seus titulares podem ou não fazer”.

“Parece paternalismo demagógico”, afirmou o deputado, defendendo que isso a “democracia dispensa bem”, comentou António Filipe.

srodrigues@publico.pt